

# PUCviva

N.º 555 - 28/11/2005

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

LEIA AINDA  
NESTA EDIÇÃO

Documento dos  
professores  
questiona Consun

\*

O show de lançamento  
da revista  
Cultura Crítica 2

Em assembléia realizada na quarta-feira, 23/11, os professores rejeitaram a aplicação em seus contratos da deliberação 65/78 pelo seu teto, a chamada maximização da 65/78.

Os professores entenderam que a medida trará uma série de prejuízos, tanto acadêmicos, como de origem salarial, que dificilmente serão reparados.

Entre as possíveis conseqüências do enxugamento estão as ações trabalhistas, pois os cortes não podem ser feitos sem a anuência expressa dos professores atingidos, conforme estabelecido no acordo interno da APROPUC e do Sinpro.

“A redução fere direitos trabalhistas e privilegia a mercantilização”, afirma o professor Erson Martins, diretor da APROPUC.

A professora Madalena Peixoto, diretora do Centro de Educação e conselheira do Consun, enfatizou que a proposta aprovada naquele conselho tem a duração de um ano e que a medida não ultrapassa a aplicação do texto da 65/78 hoje em vigor. Madalena sugeriu que a APROPUC

## Professores dizem

# NÃO

## à maximização da 65/78

PUC formulasse uma proposta.

Alguns professores, porém, ressaltaram que não existem previsões para os patamares que vigorarão após 2006, data em que termina a aplicação da medida. Nesse sentido, não se sabe qual a PUC que teremos após a aplicação da nova deliberação.

Houve várias críticas à aprovação das medidas nos órgãos colegiados (veja matéria nesta edição) e também à falta de uma negociação que

permitisse aos professores discutir outras alternativas.

## Propostas aprovadas

Ao final da assembléia, os docentes encaminharam a realização de uma reunião aberta com a Reitoria, onde ela responda às indagações dos professores. Essa reunião será seguida de uma assembléia da categoria, onde deverão ser formuladas propostas que se contraponham à maximização.

Uma carta será enviada aos professores (veja nesta edição) e será solicitado à Reitoria que interrompa o processo de aplicação das novas deliberações, até que haja uma proposta consensual entre as partes. A entidade deverá realizar uma reunião também com as chefias departamentais, que estão encarregadas de aplicar as novas deliberações.

Os participantes também deliberaram pela continuidade do trabalho das comissões da APROPUC que, por falta de dados, tiveram de interromper suas atividades.

## PROFESSOR

A assembléia de 23/11 deliberou chamar uma **REUNIÃO ABERTA** com a Reitoria para debater as medidas aprovadas pelo Consun. Logo em seguida, será realizada uma

**ASSEMBLÉIA** para discussão de propostas para enfrentamento da situação.

**PROFESSOR**, nessa semana fique atento à divulgação da data da assembléia.

Sua participação é importante na manutenção das condições de trabalho e ensino.

## Os cortes e as contradições

A PUC-SP está vivendo um momento muito duro. O déficit orçamentário exige cortes em despesas correntes e na manutenção da universidade. Dezenas de funcionários já foram demitidos. A aplicação da Deliberação 65/78 pelo máximo, proposta pela Reitoria e aprovada pelo Consun, significa redução de remuneração nos atuais contratos de trabalho e a demissão de professores para que a remuneração seja mantida com mais horas de trabalho. A situação apresentada pela Reitoria não deixa escapatória sobre a redução da folha de pagamento dos professores em 20%.

A aplicação de uma regra geral – a 65/78 – para todos, aparentemente é uma medida justa. Só aparentemente, pois a medida aplicada linearmente vai atingir e prejudicar projetos acadêmicos e cursos estruturados de forma diferenciada; o que significa que a aplicação cega da 65/78 pelo máximo pode desestruturar o que está funcionando bem – acadêmica e administrativamente – e não resolver de forma eficaz a situação dos ralos – alguns históricos – da universidade. Ou seja, corremos o risco de aceitar o sacrifício e desfigurar a PUC-SP em troca de nada.

O bom senso e a boa gestão mandam fazer primeiro um bom diagnóstico e a identificação correta de onde e porque existe déficit, e quais medidas específicas, verticais e pontuais precisam ser adotadas para estancar as maiores sangrias. Não faz justiça a medida que atinge a todos indistintamente: os cursos que equacionaram seus problemas há tempos e os cursos dominados pelo feudalismo; os professores responsáveis que trabalham seriamente e os professores negligentes (oportunistas e carreiristas) que não se importam com nada além do próprio umbigo; os professores que custam R\$ 4.000 e os professores que custam R\$ 12.000 para realizar o mesmo trabalho.

Uma intervenção emergencial comprometida realmente com a história da universidade não pode visar apenas a resolução do problema administrativo e financeiro, mas levar em conta os valores que norteiam a instituição – entre os quais a liberdade de expressão e o exercício da democracia – para preservar e aprimorar a excelência acadêmica. Quem defende a continuidade das mazelas e das práticas tradicionais do oportunismo acadêmico e da mediocridade universitária? Quem defende a intocabilidade dos marajás pomposos e improdutivos socialmente? O momento exige ousadia no enfrentamento dos velhos vícios que colocaram a universidade na situação atual. Mas isso só pode ser feito com a concordância da maioria, com debate democrático transparente e com respeito total aos direitos e às leis trabalhistas.

A comunidade provavelmente espera que os gestores – de todos os escalões, em especial os que foram designados para as tarefas executivas nesse processo – sinalizem com medidas realmente justas, não apenas para cortar contratos e professores, mas para resolver as questões pendentes na universidade há muitos anos. Vale lembrar que os cabeças-de-planilha sempre defendem propostas milagrosas e foram eles mesmos que levaram a PUC-SP ao estado atual. Se a

Reitoria não tiver a coragem para interferir e mudar a situação nos principais feudos criados dentro da instituição – entre os quais a Pós-Graduação e a Cogae –, a aplicação da 65/78 será vista com muita desconfiança e falta de credibilidade.

A PUC-SP está cheia de contradições que precisam ser enfrentadas e vencidas no atual processo. A Consultec exige, por exemplo, nas reformas curriculares dos cursos de graduação, que os departamentos apresentem propostas articuladas para os cursos de pós-graduação, *lato* e *stricto sensu*, mas não aceita a articulação orgânica, administrativa e acadêmica entre departamentos, graduação e pós. Essa é apenas uma contradição que a Consultec ostenta escancaradamente – diante do silêncio da Reitoria, do Cepe e do Consun.

Está claro que o corpo docente que toca de fato a universidade só vai aceitar ser levado ao próprio sacrifício (redução de contratos ou aumento de trabalho) se constatar que existe igual empenho em eliminar as contradições e os privilégios, se não tiver dúvidas sobre uma ação eficiente e direta nos maiores ralos da instituição, se sentir que a sangria maior foi estancada de maneira correta e transparente. O apoio da comunidade – em especial dos professores – depende de entendimento inequívoco de que as medidas adotadas visam **preservar e reconhecer o que está funcionando bem, mudar o que precisa ser mudado e extinguir o que precisa ser extinto.**

Além disso, a proposta de maximização da 65/78, na maioria dos casos dos professores da PUC-SP, representa desrespeitar a Constituição e a CLT. É proibido reduzir salário para a mesma jornada de trabalho praticada há vários anos. Isso significa que essa redução proposta só pode ser aplicada efetivamente no caso de **ACORDO COLETIVO** entre a **Apropuc-Sinpro** e a **Reitoria**, ou no caso de concordância individual da cada professor, que terá de assinar um termo de compromisso. E, assim mesmo, todos os professores afetados pela mudança no seu contrato (redução salarial ou aumento da carga de trabalho sem aumento da remuneração) poderão ingressar com ação na Justiça do Trabalho – o que provocará, sem dúvida nenhuma, uma despesa muito maior do que o respeito aos contratos de trabalho.

Se a aplicação da 65/78 não for feita com competência política – e muito bom senso para preservar o projeto pedagógico da universidade –, a operação de redução de custos e de busca do equilíbrio orçamentário poderá acelerar o processo de degradação e de autodestruição da PUC-SP – pelo menos daquela universidade que foi idealizada e construída por todos nós nos últimos 60 anos. Antes que a violência tome conta do ambiente e antes que a barbárie se estabeleça, existe ainda tempo real e espaço político para se articular um pacto que envolva a comunidade e esteja amparado na lei. É só querer.

*Hamilton Octavio de Souza,  
Diretor da Apropuc.*

# Carta aberta aos professores

Nesta última quarta-feira, a Assembléia da APRO-PUC analisou a proposta da Reitoria aprovada no Consun de maximização da 65/78. Os professores analisaram o fato de a proposta de corte de 20% da folha de pagamento dos docentes, como conseqüência dessa medida, não constituir a única alternativa para resolução da crise.

No debate, alguns dados apresentados pela Reitoria para justificar a proposta foram analisados. Não ficou claro o alcance das medidas quanto à solução da crise.

Pelo visto, as alterações não resolverão o rombo financeiro, proveniente do endividamento com os bancos e os altos juros dos encargos. Quer dizer que, se assim for, o sacrifício imposto resultará apenas em perdas para os trabalhadores e para a educação. Resultará em maior carga de trabalho, redução salarial e possíveis demissões, o que inevitavelmente interferirá negativamente na qualidade do ensino, que bem distingue a PUC das demais particulares.

Um outro aspecto abordado pela assembléia diz respeito à incidência da maximização sobre as diferentes situações da universidade. Não aprofundará ainda mais as diferenças já existentes entre o contrato dos professores nas diversas unidades e entre a graduação e a pós-graduação?

Tornou-se mais preocupante para os professores a idéia de que haja uma relação intrínseca entre a política financeira de lidar com a crise atual da PUC e um novo modelo de universidade, caracterizada pelo mercantilismo. Modelo que não será pautado em um contrato que permita a todos os docentes, nas diversas categorias da carreira, exercerem outras atividades intelectuais além daquelas das salas de aula.

É parte de nossa tradição defender as condições de trabalho como valor intrínseco ao exercício do ensino qualificado. Uma importante parcela dos docentes tem compromisso com a elevação da capacidade científica e cultural do ensino superior. Eis por que a PUC se sobressaiu ao sistema privado como universidade voltada ao livre exercício da educação. A quebra de nossa conquista contratual provocará um retrocesso que ainda não podemos avaliar a dimensão em sua totalidade. A PUC poderá se nivelar ao sistema mercantil dominante no ensino superior.

Esse horizonte deve ser bem avaliado exatamente

nesse momento em que a Reitoria dá seus primeiros passos sob a conclusão de que “alguma coisa deve ser feita”. É preciso coletivizar o problema da crise e atuar sobre os caminhos que se apresentam.

As assembléias da APROPUC são nosso instrumento, por não se confundirem com a instituição e por constituírem um espaço de livre discussão. Ficou evidente que a Reitoria não se preocupou em discutir com nossas assembléias outras soluções que não fossem as modificações na base contratual.

A maximização conduz, sem dúvida, a uma fratura no contrato. E tudo indica que em 2007 poderemos ver essa fratura totalmente exposta.

É objetivo da Reitoria excluir outras possibilidades de enfrentamento do déficit, de forma que se evite destruir nossa conquista contratual? Todos nós devemos refletir individual e coletivamente essa questão.

Na assembléia, aventou-se, por uma parte dos professores, se não era o caso de discutir uma saída pela via salarial, como por exemplo um congelamento dos reajustes, planejadamente acordado, preservando as atuais condições contratuais? A eliminação das verbas de representação não poderia fazer parte desse acordo? O quinquênio também não poderia ser negociado? A previsão de uma economia de 20% sobre a folha de pagamento não poderia ser planejada por esses meios e outros que porventura possam ser apresentados?

A assembléia se pautou pela defesa do trabalho a todos, pelos direitos trabalhistas e pela preservação da qualidade de ensino. Essa posição deve se generalizar entre os professores, caso contrário entraremos em um processo destrutivo do trabalho docente e do ensino. O que exige coletivizar o problema e não permitir que se individualize, colocando-se uns contra os outros em causa particular.

Diante dessas conclusões, a assembléia aprovou a proposta de chamar a Reitoria a discutir os fundamentos de seu plano e as conseqüências da maximização.

A assembléia chama todos os professores a se manifestarem e participarem das atividades da APROPUC.

ASSEMBLÉIA DOS PROFESSORES

# SHOW MARCA O I

## REVISTA CULTU



O cantor e compositor Gereba acompanhado dos músicos do Trio Cristalino



Erson Martins de Oliveira, coordenado da revista e diretor da APROPUC

Uma grande apresentação musical, realizado no Tucarena no dia 18/11, marcou o lançamento do número 2 da revista *Cultura Crítica*, da APROPUC. A publicação, de periodicidade semestral, é dedicada neste número à música brasileira, que é discutida por professores e funcionários da PUC e de outras universidades.

A revista conta, entre outros, com artigos dos professores Walter Garcia, Maria Izilda Matos, Arnaldo França Nogueira, Talitha Ferraz de Souza, Urbano Nojosa e Marília Pardini.

Para o professor Erson Martins, diretor da APROPUC e responsável pela revista, “a visão crítica da arte nos interessa muito, porque isto ajuda a aperfeiçoá-la, não só do ponto de vista estético, mas também do ponto de vista de uma relação com a realidade objetiva, da qual ela se nutre”.

Para os editores da revista, Ricardo Melani e Valdir Mengardo, a revista representa não só mais uma história da música popular, mas uma postura crítica perante a produção e a divulgação musical. “O número de professores que responderam positivamente ao chamado da entidade para escrever



Em nosso tempo, vemos como a música tem raízes de classe e como está amplamente influenciada pela máquina comercial.

*Erson Martins*,  
diretor da APROPUC



Grupo de Samba do Clube Caiubi

# LANÇAMENTO DA CULTURA CRÍTICA



um artigo para a Cultura Crítica para nós foi uma grande felicidade, porque demonstrou a riqueza do universo musical da PUC”, conta o professor Ricardo Melani.

A apresentação foi aberta com o grupo Sopro da Corda, que teve como destaque o professor Arnaldo Nogueira, da FEA. Arnaldo contou a trajetória do grupo que já teve vários trabalhos gravados, entre eles um que circulou clandestinamente durante a época da ditadura, que homenageava o líder metalúrgico Santo Dias, assassinado pelos militares.

Na seqüência, o Grupo de Samba do Clube Caiubi mostrou o seu trabalho ligado à música autoral e ao samba tradicional, com um repertório que incluía músicas de Paulo César Pinheiro, Candeia e Paulinho da Viola, entre outros.

Finalizando o evento, o cantor e compositor Gereba apresentou suas músicas, que seguiram a temática nordestina. Gereba contou também seu encontro com Luiz Gonzaga, na década de 80.

A revista *Cultura Crítica* começa a ser distribuída na próxima semana para os professores associados e para os setores da universidade.

Em compositores como Paulinho da Viola, a luta pela preservação das formas musicais populares faz parte da afirmação de uma cultura popular viva.

*Eduardo Granja Coutinho,*  
professor da UFRJ

FOTOS PEDRO NOGUEIRA



Valdir Mengardo, um dos editores da revista



Os músicos do Sopro da Corda

A música é criatividade, inovação, prazer, expressão do sentimento, incerteza, descoberta.

A música é solo, mas não sobrevive sem o trabalho conjunto, sem a cooperação.

*Arnaldo França Nogueira,*  
professor da FEA

# Consun define critérios para mudar contratos dos professores

A reunião do Conselho Universitário de 23/11 mostrou que a redução dos contratos dos professores será consequência natural da maximização da Deliberação 65/78.

Na semana anterior, os conselheiros determinaram que a 65/78, norma que regula os contratos docentes, será aplicada pelos seus valores máximos, durante todo o ano de 2006. Só restavam ser definidos os critérios para essa nova aplicação – foi o que fez o Consun na curta sessão de 23/11. O resultado, que abre claramente a possibilidade de redução de contratos, pode ser visto no quadro ao lado.

“O professor que não concordar com a redução deverá ser demitido pela universidade” – essa foi a sugestão de texto do conselheiro Carlos Eduardo Carvalho, da FEA. O Consun não quis ser tão imperativo, e descartou a proposta. Junto com o professor Dirceu de Mello, do Direito, Carlos Eduardo considerou que alguns dos itens aprovados pelo conselho causariam problemas em seus setores, onde concentram-se as maiores turmas de alunos em toda a PUC. “Não pode haver exceção”, rebateu a professora Madalena Peixoto. “Estamos pedindo à universidade um sacrifício, por um ano. Se for privilegiado o número de alunos, alguns cursos ficarão prejudicados”. A conselheira Ana Bock completou: “trata-se de um pacto. As unidades que não quiserem cumpri-lo terão de assumir essa decisão frente à comunidade”.

O único voto contra os critérios foi o do aluno Rodrigo de Souza.

Com a nova forma de aplicar a 65/78, o vice-reitor administrativo Flávio Saraiva prevê que a universidade pode deixar de gastar até R\$ 3 milhões a cada mês.

## Como será a maximização da 65/78

*O Consun determinou que os todos os departamentos da universidade devem redistribuir as atividades dos professores para 2006, aplicando apenas os valores máximos de horas de trabalho que constam da 65/78 para definir quem terá contratos TP-10, TP-20, TP-30 e TI. Alguns dos critérios aprovados foram:*

- se as atividades atribuídas pelo departamento ao professor não justificarem sua atual carga contratual, mas ainda assim ele for bem avaliado, há quatro saídas: 1) redução de contrato, 2) licença sem vencimentos, 3) cumprir horas em cursos já existentes da Cogear, 4) cumprir horas-capacitação.

- os professores que não estão cumprindo com as atividades previstas em sua carga horária atual deverão ter seu contrato reduzido.

- o potencial de maximização de cada departamento será definido pela vice-reitoria acadêmica.

- será considerada a correlação entre o número de turmas, disciplinas e alunos.

- deve-se evitar o retorno de professores em licença sem vencimentos.

- não renovar contratos de professores em substituição por dois anos ou menos. Em janeiro, reavaliar a manutenção dos demais substitutos.

A redistribuição das atividades vai levar em conta a titulação do professor e sua posição na carreira, a dedicação do docente à universidade, sua produção bibliográfica, técnica e artística, além de registros negativos, como problemas disciplinares ou número excessivo de faltas.

## Professores criticam Consun

Durante a assembléia de 23/11, os professores teceram várias críticas às posturas dos conselheiros durante as sessões que aprovaram a maximização da Deliberação 65/78. A professora Priscilla Cornalbas expôs os números apresentados no conselho e levantou uma série de questionamentos sobre a procedência dos mesmos. Os quadros que representam a situação contratual de cada departamento, por exemplo, passaram por um estranho exercício matemático, que pode conduzir a uma série de distorções quando aplicada a nova Deliberação.

Para os professores, fundamentalmente, os conselheiros deixaram de ouvir as reivindicações da entidade docente, que, na semana anterior, havia se posicionado contra a redução de contratos e contra as demissões.

Os docentes também questionaram algumas falas de conselheiros que defendiam a demissão dos que discordassem das novas deliberações e enfatizaram a sua expectativa que, nas próximas reuniões, os representantes dos professores fiquem mais atentos às reivindicações expressas pela categoria.

# Estudantes conseguem negociação com Reitoria

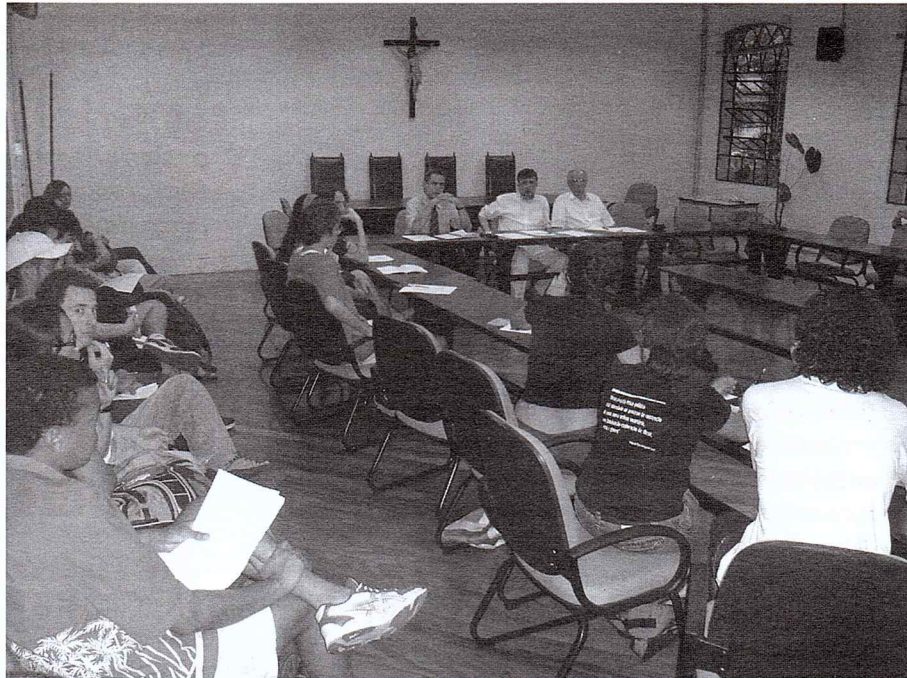
O ato do dia 9/11, que reuniu na Prainha 150 estudantes em prol das reivindicações por maior número de bolsas, redução das mensalidades e matrícula de inadimplentes mostrou-se vitorioso, em parte, na terça-feira, dia 22/11, quando foi realizada uma reunião de negociação com a Reitoria.

Numa reunião sem deliberações, Flávio Saraiva, vice-reitor administrativo e João Décio Passos, vice-reitor comunitário, apresentaram e exemplificaram as decisões que caracterizam os rumos administrativos tomados pela gestão Maura, em contrapartida às respostas que os representantes dos Centros Acadêmicos presentes à mesa esperavam ter dos gestores quanto às bandeiras levantadas.

Durante a reunião, os estudantes indagaram sobre a transparência tão propagandeada pela reitora Maura Vêras. Em resposta, Flávio afirmou que, desde o começo do ano, têm sido apresentados vários dados e balanços nos conselhos e para a comunidade.

Os estudantes ainda buscaram ter dos vice-reitores esclarecimentos imediatos à questão do temido reajuste das mensalidades para o ano que vem. Flávio deu como resposta um singelo “nós não anunciamos nada ainda”.

Devido à curta duração do encontro e à prolixidade das discussões estabelecidas, independente da ligação com o tema de negociação, foi marcada uma próxima reunião para o dia 29/11, às 18h. O encontro faz parte de um cronograma de reuniões que a Reitoria comprometeu-se desde já a cumprir até a exaustão do tema.



A reunião dos centros acadêmicos com a Reitoria, na terça-feira, 22/11

FÁBIO MASSIF

## Carta do Conselho de Centros Acadêmicos

Após dois anos de declarada oficialmente a crise da PUC-SP, “ajustes estruturais de gestão” estão sendo implementados pela Reitoria como forma de resolução da crise.

Não há dúvida para o Conselho de Centros Acadêmicos de que esta crise existe, mas o que nos pega de surpresa são as soluções que a Reitoria vem dando para ela. As medidas vêm sendo tomadas desacompanhadas de negociação aberta com toda a comunidade puquiãna.

A negociação aberta e a discussão da política de reestruturação da universidade com todos os setores é vista por nós como uma maneira democrática de resolvermos os problemas. Entendemos que esta é a única maneira coerente de enfrentar a crise pela qual a universidade passa: todas as medidas implementadas pela Reitoria poderão ser esclarecidas e debatidas democraticamente pelos setores que fazem a universidade funcionar.

Exigimos a reversão imediata de todas as medidas tomadas pela Reitoria de forma arbitrária, bem como a paralisação de todas as medidas previstas pela Reitoria como corte de bolsas, reajuste de mensalidades, demissão de professores ou funcionários, até que haja uma negociação aberta com a comunidade para resolução da crise da PUC.

Reversão imediata das políticas arbitrárias que não correspondam aos interesses dos estudantes, funcionários e professores!

Rematrícula dos inadimplentes!

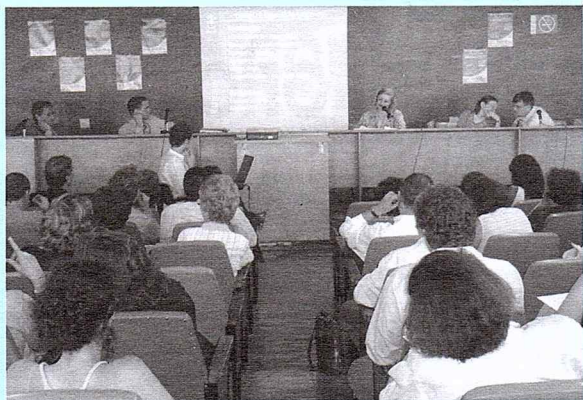
Paralisação imediata de todos os “ajustes” previstos para o próximo período!

Negociação aberta com a comunidade já!

*Conselho dos Centros Acadêmicos*

*\* A APROPUC considera corretas as críticas e procedentes as reivindicações dos estudantes*

# Rola na rampa



## Reitoria apresenta planos para novos câmpus

O câmpus Santana e as futuras instalações da PUC-SP no Palacete do Carmo (Centro) e em Barueri foram tema de uma reunião unificada dos quatro conselhos superiores da universidade. Há algumas semanas, foi assinado um protocolo de intenções entre a Reitoria e a prefeitura de Barueri, para instalação de cursos puquiânicos no município. O prefeito quer ceder um prédio à universidade, em troca de bolsas para moradores da região. Seriam 28 novas salas de aula. A previsão é de que as obras sejam concluídas antes do fim de 2006. Além disso, está em fase de negociação a ocupação do Palacete do Carmo, na Rua Ven-

ceslau Brás, bem perto da Praça da Sé. A construção pertence à Igreja Católica, mais precisamente à Ordem do Carmo – a mesma que cedeu o Prédio Velho quando da fundação da PUC. Mas a grande novidade veio da Vice-Reitoria Acadêmica, que apresentou um estudo preliminar para a criação de cursos de graduação técnicos, com três anos de duração. A vice-reitora acadêmica adjunta Dieli Vesaro Palma enfatizou que esses cursos “são uma tendência nacional e internacional”, e atendem às necessidades de segmentos da sociedade que atualmente não conseguem pagar mensalidades por quatro anos ou mais.

## Novas e antigas gestões nas eleições dos CAs

Após uma semana repleta de debates políticos e disputas ferrenhas entre diversas chapas, chega ao fim o processo eleitoral dos centros acadêmicos de Comunicação, Ciências Sociais e FEA. Na Comfil, a chapa *Apesar de Você* foi eleita com 120 votos a mais que a chapa *Autogestão*. Já no CACS, a disputa foi acirrada. Dentre os 599

votos divididos entre sete chapas, a *Palmares – pra fortalecer a luta!* foi eleita com uma diferença de 31 votos em relação à segunda colocada, *Primavera de Praga*. No Leão XIII a chapa da UJS, *Para Todos*, não levou o cargo de gestão por uma diferença de 11 votos dentre os 700 apurados. A chapa vitoriosa foi *Reconstruir o Leão*.

## Encerramento da Sipat terá vídeo e premiação

A Sipat (Semana interna de Prevenção de Acidentes) termina nesta quarta-feira, 30/11, às 15h, com um evento de encerramento na sala 239 para comemorar o sucesso das atividades. Será apresentado um compacto da encenação da *Escolinha do Professor Raimundo*, feita por funcionários da universidade – um dos eventos que marcaram a Sipat deste ano. Além disso, serão expostas fotos de

todos as atividades já realizadas, e haverá a premiação do concurso de frases sobre qualidade de vida, que teve 69 participações. Antes do encerramento, na segunda-feira, 28/11, será apresentada uma palestra sobre estresse, às 14h30, na sala 526. Na terça, também às 14h30, no mesmo local, está programada uma oficina de auto-massagem (é bom aparecer com roupas confortáveis).

## Funcionários preparam Semana Administrativa

A Semana Administrativa está sendo planejada por uma comissão de funcionários. A idéia surgiu

numa das assembléias da categoria. A previsão é de que o evento aconteça entre os dias 19 e 23/12.

## Chuva alaga praça de alimentação

A chuva forte do fim da tarde de quarta-feira passada, dia 23/11, evidenciou a debilidade das estruturas da nova praça de alimentação da PUC-SP, inaugurada há mais de quatro meses. Passados poucos minutos do início do temporal, goteiras e filetes de água que escorriam de forma intermitente, do teto ao chão, alagaram grande parte do estabelecimento. Tamanho foi o estrago que a bancada *self-service* do restaurante universitário contratado pela Reitoria, o Facultativo, teve de encerrar suas atividades em função da água que caía em cima das bandejas de alimento. Bombeiros da universidade isolaram as



áreas mais alagadiças, enquanto os funcionários da limpeza tentavam, sem sucesso, enxugar o piso. Funcionários do restaurante disseram que essa não foi a primeira vez que a estrutura apresentou problemas. Desde a inauguração do espaço, os vazamentos são recorrentes – só não haviam tomado as proporções da última quarta-feira.